

**INSTITUTO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E HUMANO-INDSH  
HOSPITAL GERAL DE TAILÂNDIA**

CNPJ nº 23.453.830/0007-65

Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em R\$

<b>Balanco Patrimonial dos Exercícios</b> <b>Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)</b>				<b>Demonstração dos Resultados dos Exercícios</b> <b>Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)</b>			
<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>		<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>
			<i>(Reapresentado)</i>				<i>(Reapresentado)</i>
<b>Circulante</b>		<b>4.986.117</b>	<b>2.421.868</b>	<b>Receitas Operacionais</b>		<b>29.630.367</b>	<b>25.800.000</b>
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.603.398	102.495	Serviços prestados pacientes SUS		29.630.367	25.800.000
Contas a receber	5	2.869.992	1.956.586	<b>Custos</b>		<b>(23.066.286)</b>	<b>(21.141.339)</b>
Estoques		453.627	271.236	Serviços de terceiros		(11.630.359)	(11.301.321)
Adiantamento a Funcionários		49.506	70.420	Pessoal e encargos		(7.746.879)	(6.894.802)
Partes Relacionadas	8	3.149	1.396	Materiais e medicamentos		(3.689.048)	(2.945.216)
Outros Créditos		1.435	14.551	<b>Despesas</b>		<b>(4.889.358)</b>	<b>(4.277.601)</b>
Despesas antecipadas		5.010	5.184	Pessoal e encargos		(1.936.720)	(1.723.700)
<b>Não Circulante</b>		<b>2.759.864</b>	<b>2.655.068</b>	Despesas gerais e administrativas	14	(2.827.529)	(2.430.261)
Contas a receber	5	2.236.311	2.237.707	Depreciação/amortização		(120.730)	(116.357)
Depósitos judiciais	12	243.411	72.087	Impostos, taxas e contribuições		(4.379)	(7.283)
Imobilizado líquido	6	200.003	199.712	<b>Financeiras Líquidas</b>		<b>(117.966)</b>	<b>(73.678)</b>
Intangível líquido	7	80.139	145.562	Despesas financeiras		(152.177)	(107.058)
<b>Total do Ativo</b>		<b>7.745.981</b>	<b>5.076.936</b>	Receitas financeiras		34.211	33.380
<b>Passivo</b>		<b>7.745.981</b>	<b>5.076.936</b>	<b>Superávit do Exercício</b>		<b>1.556.757</b>	<b>307.382</b>
	<b>Nota</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>				
			<i>(Reapresentado)</i>				
<b>Circulante</b>		<b>5.163.779</b>	<b>4.938.698</b>	<b>Demonstração dos Fluxos de Caixa dos Exercícios</b> <b>Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)</b>			
Fornecedores	9	3.250.005	3.216.327	<b>Fluxos de caixa de atividades operacionais</b>		<b>2018</b>	<b>2017</b>
Obrigações trabalhistas	10	1.588.007	1.420.128	Superávit do exercício		1.556.757	307.382
Obrigações sociais	11	235.135	194.809	<b>Ajustes para reconciliar o resultado</b>			
Obrigações fiscais		86.475	104.324	Depreciação/amortizações		120.730	116.357
Outras contas a pagar		4.157	3.110	<b>Superávit ajustado</b>		<b>1.677.487</b>	<b>423.739</b>
<b>Não Circulante</b>		<b>3.656.419</b>	<b>2.925.958</b>	<b>Varições das contas de ativo e passivo</b>		<b>(1.006.440)</b>	<b>(2.176.962)</b>
Partes relacionadas	8	3.481.221	2.750.760	Aumento em créditos - circulante		(1.049.304)	(1.582.359)
Provisão para contingências	12	175.198	175.198	Aumento em estoques		(182.391)	(51.477)
<b>Passivo a Descoberto</b>	<b>13</b>	<b>(1.074.217)</b>	<b>(2.787.720)</b>	(Aumento) / redução das despesas antecipadas		174	(42)
Patrimônio social		(2.630.974)	(3.095.102)	Aumento em fornecedores		33.678	757.724
Superávit acumulado		1.556.757	307.382	Aumento / (redução) de obrigações trabalhistas		167.879	(31.090)
<b>Total do Passivo</b>		<b>7.745.981</b>	<b>5.076.936</b>	Aumento / (redução) de obrigações sociais		40.326	(441.669)
				(Redução) de obrigações tributárias		(17.849)	(401.210)
				Aumento / (redução) de outras obrigações		1.047	(397.664)
				Redução das obrigações - não circulante		-	(29.175)
				<b>Caixa líquido proveniente das /</b>			
				<b>(utilizado nas) atividades operacionais</b>		<b>671.047</b>	<b>(1.753.223)</b>
				<b>Atividades de investimentos</b>		<b>(55.598)</b>	<b>(23.975)</b>
				Aquisição de imobilizado		(54.939)	(23.975)
				Aquisição de bens do intangível		(659)	-
				<b>Atividades de financiamento</b>		<b>885.454</b>	<b>511.242</b>
				Partes relacionadas		728.708	511.242
				Transferências enviadas		156.746	-
				<b>Aumento / (diminuição) no caixa</b>			
				<b>e equivalentes de caixa</b>		<b>1.500.903</b>	<b>(1.265.956)</b>
				<b>Varição em caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)</b>			
				Saldo existente no início do exercício		102.495	1.368.451
				Saldo existente no final do exercício		1.603.398	102.495
				<b>Aumento / (diminuição) no caixa</b>			
				<b>e equivalentes de caixa</b>		<b>1.500.903</b>	<b>(1.265.956)</b>

  

<b>Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Exercícios</b> <b>Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)</b>				
<b>Descrição</b>	<b>Patrimônio Social</b>	<b>Transfe-rências</b>	<b>Superávit acumulado</b>	<b>Total</b>
<b>Em 31 de dezem- bro de 2016</b>	<b>(3.017.066)</b>	<b>262.905</b>	<b>(340.941)</b>	<b>(3.095.102)</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	(78.036)	(262.905)	340.941	-
Superávit do exercício	-	-	307.382	<b>307.382</b>
<b>Em 31 de dezem- bro de 2017</b>	<b>(3.095.102)</b>	<b>-</b>	<b>307.382</b>	<b>(2.787.720)</b>
Incorporação ao Patrimônio Social	307.382	-	(307.382)	-
Transferências	156.746	-	-	156.746
Superávit do exercício	-	-	1.556.757	1.556.757
<b>Em 31 de dezem- bro de 2018</b>	<b>(2.630.974)</b>	<b>-</b>	<b>1.556.757</b>	<b>(1.074.217)</b>

  

<b>Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis dos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2018 e 2017 - Em (R\$)</b>				
<b>1. Contexto Operacional: a) Objetivos Sociais:</b> O Hospital Geral de Tailândia foi inaugurado oficialmente pelo Governo do Estado do Pará em 2011. O Hospital possui 51 (cinquenta e um) leitos e conta com uma Unidade de Cuidados Intermediários (UCI) que oferece 9 (nove) leitos, sendo 06 (seis) destinados a pacientes adultos e 03 (três) infantis e funciona em regime semi-intensivo para receber pacientes em estado grave, além de oferecer os serviços: Ortopedia, traumatologia, cardiologia, radiologia, cirurgia geral e anesthesiologia, exames de mamografia, endoscopia, ultrassonografia, eletrocardiograma, raios-x e laboratoriais. Todo atendimento é voltado ao SUS, assegurando assistência universal e gratuita, em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia. O Hospital está situado Avenida Florianópolis, s/nº, bairro Novo, cidade de Tailândia/PA. <b>b) Contrato de Gestão:</b> O Hospital Geral de Tailândia é administrado pelo Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH (CNPJ 23.453.830/0001-70), desde 1º de julho de 2013, sendo atualmente por meio de contrato de gestão nº 002/SESPA/2018, vigente até 30 de junho de 2023. O INDSH é uma Entidade civil de direito privado, sem fins lucrativos e filantrópica. É reconhecida como Entidade de utilidade pública por:				
<b>Âmbito</b>	<b>Legislação</b>	<b>Publicação</b>		
Federal	Decreto Federal nº 50.517/61	DOU de 23/12/1970		
Estadual	Lei Estadual nº 5.341/1969	DOE de 19/11/1969		
Municipal	Lei Municipal nº 416	DOM de 16/08/1967		
A Entidade é portadora do Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social na área da Saúde - CEBAS, cuja manutenção foi deferida para o triênio 1º janeiro de 2018 a 31 de dezembro de 2020, pela portaria nº 78 de 18.01.2018, pelo Ministério da Saúde. <b>2. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Práticas Contábeis: 2.1. Declaração de conformidade:</b> As demonstrações contábeis da Entidade foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis oriundas da legislação societária brasileira aplicável às entidades sem fins lucrativos, ITC 2002 - Entidade sem Finalidade de Lucro, aprovada pela Resolução CFC 1.409/12 de 21 de setembro de 2012 e revisada em 21 de agosto de 2015, bem como a Lei 12.101/2009 e as demais alterações promovidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09. As demonstrações contábeis foram aprovadas, pela Administração, em 18 de março de 2019. <b>2.2. Base de mensuração e apresentação:</b> As informações contábeis foram preparadas com base no custo histórico. As principais práticas contábeis aplicadas na preparação das demonstrações financeiras estão definidas a seguir. <b>2.3. Moeda funcional e de apresentação:</b> Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Entidade. <b>2.4. Principais práticas contábeis: a) Caixa e equivalente de caixa:</b> São representadas por disponibilidades, depósitos bancários, fundos em contas bancárias de livre movimentação e aplicações financeiras de liquidez imediata. As aplicações financeiras são registradas ao custo acrescido de rendimentos auferidos até a data dos balanços que não supera o valor de mercado, com alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor e são resgatáveis em até 90 dias sem perda do valor. <b>b) Estoques:</b> São demonstrados ao custo médio de aquisição, inferiores aos valores de realização. Os estoques obsoletos ou "vencidos" são baixados ou substituídos, quando identificados. <b>c) Ativo imobilizado:</b> Os imobilizados tanto próprios como os de gestão				
pública, são demonstrados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada. Quando se refere à depreciação sobre imobilizado próprio, é reconhecida em contrapartida de conta própria de resultado. Em se tratando de bens de gestão pública, é contabilizada em contrapartida na receita diferida para amortizar o valor do custo do ativo. A Administração não realiza a avaliação da vida útil dos ativos tangíveis e intangíveis, uma vez que considera as cláusulas de devolução dos ativos administrados ao Ente Público, como determinantes para a aplicação de taxas lineares que se aproximam da vida útil econômica esperada. <b>d) Ativo intangível:</b> Os intangíveis tanto da gestão pública quanto própria, refletem os custos com direitos de uso de software. <b>e) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis:</b> A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando essas evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. <b>f) Julgamentos e estimativas:</b> A preparação das demonstrações contábeis da Entidade requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações contábeis. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em exercícios futuros. <b>Provisões para riscos judiciais:</b> A Entidade reconhece, quando identificadas, uma provisão para causas cíveis, tributárias e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos assessores jurídicos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta as alterações nas circunstâncias. <b>Ajuste para perdas estimadas para créditos de liquidação duvidosa:</b> É constituída, quando aplicável, em montante suficiente para cobrir perdas prováveis na realização das contas a receber. Para determinar a suficiência do ajuste sobre as contas a receber, são avaliados o montante e as características de cada um dos créditos, considerando a probabilidade de realização. Quando há ocorrência de significativos atrasos na realização dos créditos e, pela consideração que a probabilidade de recebimento diminui, é registrada perda estimada nas demonstrações contábeis em montante suficiente para cobrir a perda provável. <b>g) Apuração do Superávit/Déficit:</b> O resultado das operações é apurado pelo regime de competência, exceto quanto às receitas de doações e contribuições, reconhecidas quando efetivamente recebidas. <b>h) Reconhecimento de receitas:</b> As receitas com contrato de gestão são reconhecidas pelo regime de competência, de acordo com os requisitos da aplicação do CPC 47. Não foram identificadas mudanças significativas de práticas contábeis de reconhecimento de receitas com contratos de gestão pública. <b>i) Outros ativos e passivos circulantes e não circulantes:</b> Os valores do ativo circulante e realizável a longo prazo são demonstrados pelo seu valor de realização e atualizados até a data do balanço, quando aplicável. <i>continua</i>				

continuado Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. **j) Ajuste ao valor presente de ativos e passivos:** Nas demonstrações contábeis de 2018 não transacionou operação de longo prazo (ou relevantes de curto prazo) que se qualificassem a serem ajustadas, sendo que o efeito deste procedimento é avaliado periodicamente pela entidade. **l) Patrimônio líquido:** Composto pelo superávit/déficit obtido ao longo do período de existência da entidade, que não tem Capital Social, devido a sua natureza jurídica de entidade sem finalidade de lucro, conforme prevê o art. 44 e seguintes do Código Civil. **m) Demonstrações dos fluxos de caixa:** As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e estão apresentadas de acordo com o CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa. **3. Reapresentação de Saldos do Exercício de 2017:** A Administração da Entidade optou por reapresentar alguns saldos do exercício de 2017, em virtude de melhor apresentação, divulgação e comparabilidade das demonstrações contábeis, em conformidade com o pronunciamento contábil, CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativas e Retificação de Erro.

#### 4. Caixa e Equivalentes de Caixa

	2018	2017
Caixa	1.000	1.000
Banco conta movimento	1.343.530	99.146
Aplicações financeiras	258.868	2.349
	<b>1.603.398</b>	<b>102.495</b>

	Móveis e Utensílios 10%	Aparelho Medicina 10%
<b>Valor líquido contábil</b>		
<b>Saldo inicial</b>	<b>56.873</b>	<b>6.504</b>
Adições	11.119	-
Depreciação	(8.849)	(733)
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>	<b>59.143</b>	<b>5.771</b>
<b>Saldo inicial</b>	<b>59.143</b>	<b>5.771</b>
Adições	18.765	435
Depreciação	(10.253)	(751)
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	<b>67.655</b>	<b>5.455</b>

#### 7. Intangível

	Software 20%	Total
<b>Em 31 de dezembro de 2017</b>		
<b>Saldo Inicial</b>	<b>211.644</b>	<b>211.644</b>
Adições	-	-
Amortização	(66.082)	(66.082)
<b>Saldo final</b>	<b>145.562</b>	<b>145.562</b>
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>		
<b>Saldo Inicial</b>	<b>145.562</b>	<b>145.562</b>
Adições	659	659
Amortização	(66.082)	(66.082)
<b>Saldo final</b>	<b>80.139</b>	<b>80.139</b>

**8. Partes Relacionadas:** Em 2018, o montante a receber de R\$ 3.149 (R\$ 1.396 em 2017), refere-se a recursos a receber de serviços laboratoriais prestados a hospitais relacionados sob a mesma gestão. O saldo a pagar, em 2018, de R\$ 3.481.221 (R\$ 2.750.760 em 2017), refere-se a contas a pagar para hospitais relacionadas sob a mesma gestão, bem como aos serviços da gestão.

#### 9. Fornecedores:

	2018	2017
Materiais e medicamentos	802.798	848.161
Serviços	762.555	911.654
Serviços médicos	1.684.652	1.456.512
	<b>3.250.005</b>	<b>3.216.327</b>

#### 10. Obrigações Trabalhistas

	2018	2017
Obrigações com pessoal	636.646	516.025
Provisão de férias	880.952	837.237
Provisão FGTS s/férias	70.409	66.866
	<b>1.588.007</b>	<b>1.420.128</b>
	2018	2017
INSS a recolher	62.349	37.402
FGTS a recolher	85.866	76.150
IRR/ s/ folha a recolher	83.880	77.542
Contribuição Sindical a recolher	3.040	3.715
	<b>235.135</b>	<b>194.809</b>

**12. Provisão para Contingência e Depósitos Judiciais:** A Entidade é parte em ações judiciais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões Cíveis, Trabalhistas e Tributárias. A Administração, com base nas recomendações dos consultores jurídicos e na análise da evolução dos processos, considerou suficiente a provisão constituída de R\$175.198 para fazer face a processos trabalhistas. Os processos classificados como de probabilidade de perda possível, pela Administração, amparada por seus assessores jurídicos, não estão reconhecidos contabilmente e montam os seguintes valores:

	2018	2017	Possível	2017
Cível	40.000	40.000		
Trabalhista	2.275.890	1.525.245		
	<b>2.315.890</b>	<b>1.565.245</b>		

Em 2018, a Entidade possuiu R\$ 243.411 (R\$ 72.087 em 2017) em depósitos judiciais para discussão dos processos em andamento. **13. Patrimônio Líquido (Passivo a Descoberto):** O Patrimônio Social é acrescido de excedentes de receitas sobre despesas (superávit) ou deduzidos por insuficiências (déficit). Em 2018, o Hospital apresenta passivo a descoberto no montante de R\$ 1.074.217 (R\$ 2.787.720 em 2017), assim a continuidade de suas atividades está diretamente relacionada aos planos e esforços da Administração com objetivo de assegurar sua recuperação financeira e obter o equilíbrio econômico financeiro de suas atividades junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará.

**Joaquim Wellington Fonseca Junior** - Diretor Executivo - CPF: 293.696.828-30 • **Jairo Leite de Lima** - Contador - CRC TC PA 012413/O-2

### Relatório do Auditor Independente Sobre as Demonstrações Contábeis

A Diretoria do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH - Hospital Geral de Tailândia Tailândia - PA. Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Tailândia, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do superávit, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo nessa data, assim como das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Nacional de Desenvolvimento Social e Humano - INDSH / Hospital Geral de Tailândia, em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de

As aplicações em Certificados de Depósito Bancário foram feitas em instituições de primeira linha no Brasil, com remuneração baseada nas taxas do Certificado de Depósito Interbancário-CDI e não possuem vencimento pre-determinado, podendo ser resgatadas a qualquer momento pela Entidade, garantindo liquidez imediata. Os rendimentos estão atualizados pelo valor incorrido até a data do balanço. **5. Contas a Receber:** O saldo de circulante refere-se a contas a receber de contrato de gestão com Secretaria de Saúde do Estado do Pará, vigente até 30/06/2023.

	2018	2017
Contrato 002/2018 - SESP	2.869.992	1.956.586
<b>Total circulante</b>	<b>2.869.992</b>	<b>1.956.586</b>

	2018	2017
Contrato 020/2013 - SESP	2.236.311	2.237.707
<b>Total não circulante</b>	<b>2.236.311</b>	<b>2.237.707</b>

O saldo de contas a receber não circulante refere-se a valores do contrato anterior, em discussão para recebimento junto à Secretaria de Saúde do Estado do Pará. O saldo é considerado recebível pela Administração, portanto não são consideradas provisões para perdas. **6. Imobilizado:** Imobilizado do contrato de Gestão e com recursos próprios/investimento:

	Equip. de Informática 20%	Máquinas e Equip. 10%	Instr. Cirúrgicos 10%	Total
<b>2018</b>				
<b>50.186</b>	<b>89.349</b>	<b>23.099</b>	<b>226.011</b>	
6.207	6.649	-	23.975	
(24.219)	(13.408)	(3.065)	(50.274)	
<b>32.174</b>	<b>82.590</b>	<b>20.034</b>	<b>199.712</b>	
<b>32.174</b>	<b>82.590</b>	<b>20.034</b>	<b>199.712</b>	
2.710	32.417	612	54.939	
(25.092)	(15.472)	(3.080)	(54.648)	
<b>9.792</b>	<b>99.535</b>	<b>17.566</b>	<b>200.003</b>	
<b>2017</b>				
<b>14. Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>2018</b>	<b>2017</b>		
Serviços de gestão	1.471.097	1.390.893		
Energia elétrica	802.032	729.204		
Aluguel de máquinas	209.554	47.938		
Viagens e hospedagens	95.040	82.637		
Outros	249.806	179.589		
	<b>2.827.529</b>	<b>2.430.261</b>		

**15. Renúncia Fiscal:** A Entidade aplica integralmente no País os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém escrituração regular de suas receitas e despesas, está imune do imposto de renda, da contribuição social e dos impostos estaduais e municipais de acordo com os dispositivos da Constituição Federal do Brasil - CF e Código Tributário Nacional - CTN. Atendendo ao disposto no item 27 - (C) do ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucros, 3 em que a renúncia fiscal relacionada com a atividade deve ser evidenciada nas demonstrações contábeis como se a obrigação devida fosse, está sendo apresentado o quadro de impostos incidentes sobre as operações. O valor da isenção do recolhimento da Contribuição Patronal sobre a folha de pagamento e serviços prestados por contribuintes individuais, devido ao INSS e o valor da COFINS estão demonstrados, como se devidos fossem.

	2018	2017
Cota patronal	1.690.960	1.556.390
Terceiros	490.378	451.354
RAT/SAT	169.096	155.638
<b>Total INSS</b>	<b>2.350.434</b>	<b>2.163.382</b>
COFINS	888.910	774.000
<b>Total COFINS</b>	<b>888.910</b>	<b>774.000</b>
	<b>3.239.344</b>	<b>2.937.382</b>

**16. Cobertura de Seguros:** Em 2018, a cobertura de seguros foi determinada e contratada em base técnica que a Administração estima suficiente para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens e direitos. **17. Instrumentos Financeiros:** A Entidade participa de operações envolvendo instrumentos financeiros com o objetivo de financiar suas atividades ou aplicar seus recursos financeiros disponíveis. A Administração dessas operações é efetuada mediante definição de estratégias de operação e do estabelecimento de sistemas de controles. Opera com diversos instrumentos financeiros, incluindo aplicações financeiras, recebimento de entes públicos e contas a pagar a fornecedores. Os valores registrados no ativo e no passivo circulante têm liquidez imediata ou vencimento, em sua maioria, em prazos inferiores a três meses. Considerando o prazo e as características desses instrumentos, que são sistematicamente renegociados, os valores contábeis se aproximam dos valores justos.

	2018	2017
Aplicações financeiras	258.868	2.349
Contas a receber	5.109.452	4.195.689
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>5.368.320</b>	<b>4.198.038</b>
Fornecedores	3.250.005	3.216.327
<b>Total passivos financeiros</b>	<b>3.250.005</b>	<b>3.216.327</b>

**18. Gestão de Riscos: Risco de liquidez:** As principais fontes de liquidez da Entidade derivam do saldo de caixa e aplicações financeiras, do fluxo de caixa gerado por suas operações tais como recebimento de repasses. A Administração da Entidade entende que tais fontes são adequadas para atender seus usos de fundos, o que inclui, mas se limita a capital de giro, pagamentos a fornecedores e prestadores de serviços. A abordagem na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações quando do seu vencimento, em condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de imagem à Entidade. Tailândia-PA, 19 de março de 2019

suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Creditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Principais assuntos de auditoria:** Princípios contínuos ▶

continuação

países assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. • **Provisões para riscos e passivos contingentes:** Conforme nota explicativa nº 12, provisão para contingências e depósitos judiciais, a Entidade possui processos, questionamentos ou assuntos relevantes acerca de questões cíveis e trabalhistas, cujos desfechos não estão totalmente sob seu controle. Considerando a complexidade do ambiente judiciário e a necessidade de julgamento crítico em relação a probabilidade de perda nestes processos, eventuais mudanças de prognóstico e/ou julgamento podem trazer impactos relevantes nas demonstrações contábeis. Sendo assim, a avaliação, mensuração e divulgação destas contingências foi considerado como foco de análises em nossa auditoria. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria para endereçamento dos riscos de provisão para contingências incluíram, entre outros: (i) envio de correspondência independente para os assessores jurídicos responsáveis pelos processos da Entidade; (ii) avaliação de controles internos histórico da natureza dos processos e desfechos; (iii) Discussões com a Administração e seus assessores jurídicos sobre as premissas adotadas na definição dos prognósticos de perda dos processos representativos; (iv) obtenção de opinião legal dos assessores jurídicos, acerca de assuntos de alta exposição da Entidade; e (v) verificação da consistência das informações de resposta de assessores jurídicos com as informações e controles da Administração. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos que os controles internos mantidos, bem como as estimativas utilizadas pela Administração, proporcionam uma base razoável e consistente com as suas conclusões, refletidas nas demonstrações contábeis. • **Provisão ou baixa para créditos de liquidação duvidosa:** A estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa e/ou reconhecimento da perda dos recebíveis com baixa perspectiva de recebimento envolve alto nível de julgamento por parte da Administração. A determinação da provisão para créditos de liquidação duvidosa ou baixa de recebíveis envolve a avaliação de várias premissas e fatores internos e externos, incluindo os níveis incerteza de recebimento e renegociação com ente público. **Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria:** Nossos procedimentos de auditoria, incluíram, entre outros: (i) Análise das políticas de cobrança, renegociação e discussão junto ao ente público; (ii) entendimento sobre os controles gerenciais em validação aos descontos promovidos pelo ente público, bem como a avaliação do cumprimento de métricas contratuais e (iii) Análise sobre a perspectiva da Administração sobre o recebimento dos valores contratuais. Com base nos procedimentos aplicados, entendemos pela adequação dos controles e critérios adotados pela Administração para a determinação da classificação de parte do contas a receber junto a SESP, no ativo não circulante, devido a expectativa de negociação junto ao ente público. **Ênfases:** Nossa opinião não está ressalvada em função dos seguintes assuntos: i) Em 31 de dezembro de 2018, a Entidade apresentou patrimônio social negativo no montante de R\$ 1.074.217 (R\$ 2.787.720 em 2017) e capital circulante negativo de R\$ 183.960 (R\$ 2.518.226 em 2017). A continuidade das operações está sujeita a medidas administrativas, que visem estabelecer um equilíbrio financeiro. ii) A Entidade mantém transações relevantes com partes relacionadas, sendo os Hospitais sob gestão comum. Tais operações poderiam trazer efeitos diferentes no balanço patrimonial e resultado da Entidade, caso fossem realizadas em condições de mercado ou com outras partes. iii) Conforme descrito na nota explicativa 2.4(c), chamamos a atenção ao fato de que o imobilizado utilizado nas operações da Entidade, será integralmente revertido ao poder concedente (Estado do Pará), quanto do término do contrato de gestão. Desta forma a Administração da Entidade não adota as determinações do Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC nº 27 - Ativo Imobilizado, não procedendo com a revisão da vida útil dos bens que compõem o ativo imobilizado, aplicando as taxas usuais, aceitas fiscalmente, para determinação da depreciação e amortização dos itens imobilizados e intangíveis. **Outros assuntos:** Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós e emitimos relatório de auditoria, em 30 de março de 2018, sem modificações. **Responsabilida-**

**des da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 19 de março de 2019.  
**Planners Auditores Independentes**  
 CRC.SP. Nº. 2SP 14.712/O-2 - CVM 11.398  
**Valter Piovam**

Contador CRC 1SP146651/O-0 - CNAI n.º 1.018

**Protocolo: 416959**

#### POSTO ICCAR LTDA

CNPJ: 02.280.133/0059-00, torna público que recebeu da SEMMA/Santa Izabel Licença de Operação - LO nº 002/2019, válida até 27/02/2020, para atividade de Comércio Varejista de Combustível e Lubrificante para Veículos Automotores no Município de Santa Izabel do Pará/PA.

**Protocolo: 416925**

#### ASSOCIAÇÃO BIOTEC-AMAZÔNIA EXTRATO DA RESOLUÇÃO Nº 010/2018 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/CONSAD

OBJETO: Altera o Estatuto da Associação BioTec-Amazônia, com a finalidade de introduzir ajustes e adaptações à natureza da organização social e à legislação vigente.

APROVADA EM REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BIOTEC-AMAZÔNIA DO DIA 23/08/2018.

DISPONÍVEL NA ÍNTEGRA EM: <http://biotecamazonia.com.br/>

#### ASSOCIAÇÃO BIOTEC-AMAZÔNIA EXTRATO DA RESOLUÇÃO Nº 011/2019 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/CONSAD

OBJETO: Altera o Estatuto da Associação BioTec-Amazônia para dar nova redação ao artigo 28 e criar a Função de Vice-Presidente do Conselho de Administração.

APROVADA EM REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BIOTEC-AMAZÔNIA DO DIA 25/02/2019.

DISPONÍVEL NA ÍNTEGRA EM: <http://biotecamazonia.com.br/>

#### ASSOCIAÇÃO BIOTEC-AMAZÔNIA EXTRATO DA RESOLUÇÃO Nº 012/2019 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/CONSAD

OBJETO: Aprova o Regimento Interno da Associação BioTec-Amazônia.

APROVADA EM REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BIOTEC-

AMAZÔNIA DO DIA 25/02/2019.

DISPONÍVEL NA ÍNTEGRA EM: <http://biotecamazonia.com.br/>

#### ASSOCIAÇÃO BIOTEC-AMAZÔNIA EXTRATO DA RESOLUÇÃO Nº 013/2019 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/CONSAD

OBJETO: Aprova a Prestação de Contas do Exercício de 2018 da Associação BioTec-Amazônia.

APROVADA EM REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BIOTEC-AMAZÔNIA DO DIA 25/02/2019.

DISPONÍVEL NA ÍNTEGRA EM: <http://biotecamazonia.com.br/>

#### ASSOCIAÇÃO BIOTEC-AMAZÔNIA EXTRATO DA RESOLUÇÃO Nº 014/2019 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/CONSAD

OBJETO: Aprova o Relatório Anual de Execução do Contrato de Gestão nº. 001/2017 - SECTET, relativo ao Exercício de 2018 da Organização Social BioTec-Amazônia.

APROVADA EM REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BIOTEC-AMAZÔNIA DO DIA 25/02/2019.

DISPONÍVEL NA ÍNTEGRA EM: <http://biotecamazonia.com.br/>

#### ASSOCIAÇÃO BIOTEC-AMAZÔNIA EXTRATO DA RESOLUÇÃO Nº 015/2019 CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO/CONSAD

OBJETO: Aprova a Proposta de Orçamento Anual para o Exercício de 2019 da Organização Social BioTec-Amazônia.

APROVADA EM REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA BIOTEC-AMAZÔNIA DO DIA 25/02/2019.

DISPONÍVEL NA ÍNTEGRA EM: <http://biotecamazonia.com.br/>

**Protocolo: 416933**

